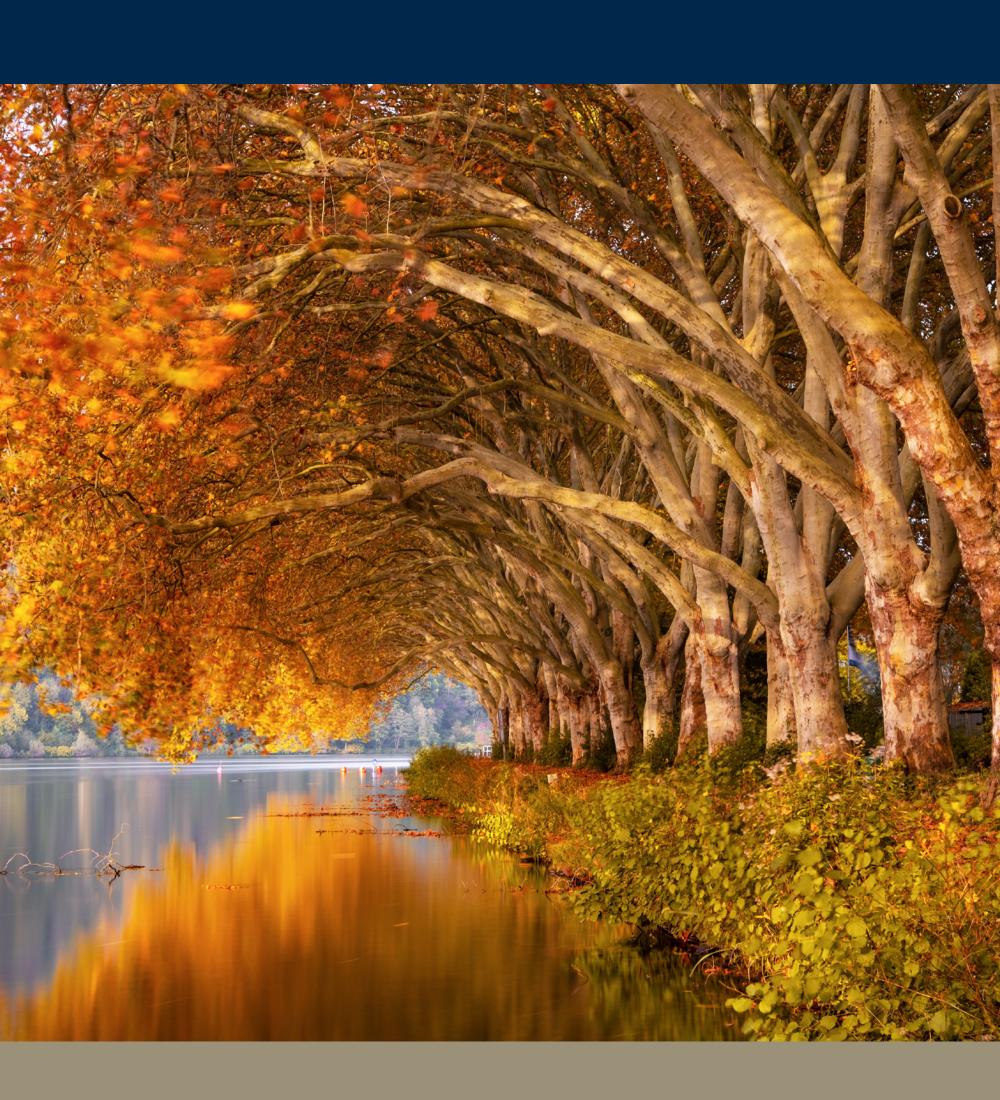
Painel Jurídico

#39

02/05/2022



INNOCENTI ADVOGADOS

Projeto de lei busca implantar "direito de reparar" no Brasil

Um projeto de lei que busca trazer ao país o direito do consumidor de reparar seus equipamentos é tema de reportagem da TV Cultura. À emissora, nossa sócia Laura Morganti, de Direito Cível, comenta o que diz o Código de Defesa do Consumidor sobre o assunto.

Já a nossa sócia Fernanda Perregil, das áreas trabalhista e ESG, é nomeada secretária-geral da Comissão da Mulher Advogada na OAB Pinheiros, onde já atua na comissão de Igualdade Racial.

A Lei de Improbidade Administrativa volta à baila em nosso último episódio da série especial, agora com foco na retroatividade da nova lei. Quem explica as mudanças é nossa sócia-consultora em Brasília, Fernanda Figueiredo.

Em artigo publicado no Migalhas, o advogado Victor Meira, da equipe de Direito Administrativo, fala sobre os atos vedados a agentes públicos no período eleitoral.

O Painel Jurídico ainda traz, entre os destaques, a notícia de que a União vai pagar R\$ 8,8 bi em precatórios. Boa leitura!



TV Cultura discute projeto de lei sobre o "direito de reparar"

Na reportagem, nossa sócia Laura Morganti, da área Cível e Resolução de Conflitos, explica o que diz o Código do Consumidor.

DESTAQUE

Comissão da Mulher Advogada e Comissão da Igualdade Racial



Fernanda Perregil







OAB integra Innocenti na Comissão da Mulher Advogada

Fernanda Perregil, sócia e head das áreas trabalhista e ESG, é nomeada secretária-geral na OAB Pinheiros.



Artigo no Migalhas aponta o que é vedado a servidores nas eleições

O advogado Victor Meira, da equipe de Direito Administrativo, aponta quais atos estão proibidos e as suas penalidades.

União vai pagar R\$ 8,8 bilhões em precatórios a fundos de pensão

STJ: empresas sob tributação monofásica não têm direito a créditos de PIS e Cofins

São Paulo poderá alterar cálculo do imposto sobre herança e doações

Suspenso prazo de prescrição em ações que pedem retroatividade na Lei de Improbidade





Retroatividade na nova Lei de Improbidade é tema de podcast

No último episódio da série, nossa advogada em Brasília, Fernanda Figueiredo, esmiuça o assunto que está sendo debatido no STF.

Fique atento...

STJ decidirá se **servidor federal** pode tirar mais de umas férias ao ano

Senado aprova projeto de lei que regula mercado de criptomoedas

